

Revisão prevista para logo

por Célia de Gouveia Franco
de Brasília

O próximo presidente da República certamente terá como uma de suas primeiras tarefas, na área econômica, a revisão do orçamento da União. O impacto da inflação sobre as projeções de receitas e despesas tem sido tão drástico ultimamente que já nos primeiros meses de cada ano a Presidência da República encaminha ao Congresso uma nova mensagem restimando essas contas.

Neste ano, por exemplo, no dia 20 de março, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, propôs aos parlamentares um projeto de lei autorizando um limite extra de Cr\$ 10,16 trilhões para o orçamento, com um aumento de quase 50% em relação à projeção feita em agosto de 1983. Nessa mensagem, já se admitia que a necessidade de encaminhar essa programação com cinco meses de antecedência obriga o governo federal a trabalhar sem dados fundamentais para sua elaboração. Assim, uma

revisão é inevitável a cada início de ano.

Um exemplo drástico dessas projeções revistas foi o que ocorreu, neste ano, com a dotação de receitas do Tesouro para o Ministério da Previdência e Assistência Social. O orçamento da União feito em agosto do ano passado previa um volume de Cr\$ 417,76 trilhões; em março último, resolveu-se elevar essa dotação em mais Cr\$ 422,5 trilhões — ou seja, duplicou-se o volume sete meses depois.